

# DIREITO ADMINISTRATIVO



# SIMULADO COM CORREÇÃO EM VÍDEO

# **DIREITO ADMINISTRATIVO**

# PEÇA PRÁTICO-PROFISSIONAL

Márcia, moradora do Município X, com fama da melhor doceira da cidade, sustenta sua família com a produção de doces e salgados para festas e, de segunda a sábado trabalha como cozinheira em um restaurante da cidade.

Na manhã do dia 03/06/2024, Márcia estava atravessando a rua na faixa de pedestres, quando foi atropelada por uma van de propriedade do município que transportava pessoas para atendimento oncológico. O motorista da van, servidor público do Município X, prestou socorro à Márcia, dizendo que em razão da chuva e da baixa visibilidade, ao ver a pedestre não conseguiu frear a tempo de evitar a batida.

Ao ser deslocada para o hospital, Márcia precisou ficar 5 dias hospitalizada, sendo identificadas fraturas no cotovelo e deslocamento do pulso direito, além de várias escoriações e batidas graves pelo corpo, necessitando de no mínimo 120 dias de afastamento do trabalho.

No laudo médico ainda consta a necessidade de fisioterapia, a fim de evitar a perda do movimento do braço e a prescrição de remédios para dor.

Márcia ao saber do seu diagnóstico ficou extremamente abalada, pois tinha muitas encomendas para entregar e dependia delas para pagamento do aluguel e do celular que havia acabado de comprar e com a queda quebrou.

Sem poder trabalhar, Márcia teme ser despejada da casa onde mora, não conseguirá quitar o celular que comprou, não conseguirá comprar outro aparelho, podendo seu nome constar no cadastro de inadimplentes.

Sem outra saída, Márcia procura você a fim de verificar a possibilidade de ser indenizada pelos danos que teve, pois precisa da forma mais célere, resolver as pendências financeiras para evitar danos maiores e irreparáveis.

Na qualidade de advogado, redija a peça cabível a fim de garantir os direitos de Márcia. (5,00)



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



31	
32	
33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	



61	
62	
63	
64	
65	
66	
67	
68	
69	
70	
71	
72	
73	
74	
75	
76	
77	
78	
79	
80	
81	
82	
83	
84	
85	
86	
87	
88	
89	
90	



91	
92	
93	
94	
95	
96	
97	
98	
99	
100	
101	
102	
103	
104	
105	
106	
107	
108	
109	
110	
111	
112	
113	
114	
115	
116	
117	
118	
119	
120	



121	
122	
123	
124	
125	
126	
127	
128	
129	
130	
131	
132	
133	
134	
135	
136	
137	
138	
139	
140	
141	
142	
143	
144	
145	
146	
147	
148	
149	
150	



Diva, servidora pública Federal, logo no início de um novo mandato de presidente da república foi convidada para exercer cargo em comissão.

Passados três meses no exercício do cargo indicado, foi descoberto que Diva praticou atos de corrupção, originando um processo administrativo para apuração dos fatos.

Após apurarem os fatos, oportunizando o contraditório e ampla defesa, foi finalizado o processo administrativo que resultou na penalidade de destituição do cargo em comissão de Diva.

Diante dos fatos, responda:

- A) A destituição do cargo em comissão é uma penalidade disciplinar possível? (0,65)
- B) No caso de Diva, sua atuação implicará no ressarcimento ao erário de eventuais valores desviados? (0,60)



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Tendo em vista a necessidade de ampliação da rodovia que liga o interior do estado até a capital, Marcos, Governador do Estado Y, precisa buscar um meio de execução dessa obra.

Com intuito de tirar algumas dúvidas, procura você como advogado para entender melhor como funciona a contratação de uma Parceria Público-privada.

Diante disso, responda:

- A) É possível a contratação de uma Parceria público-privada somente para execução de obra pública, conforme interesse do governador? (0,65)
- B) Se for possível a contratação, existe prazo máximo de vigência do contrato de Parceria Público-Privada? (0,60)



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Carla, moradora do interior de Guaratinga, desde seus 16 anos estuda para concurso público. Ao completar 18 anos, começou a ler editais de concursos para buscar entender suas regras e funcionamentos.

Em um dos editais para procurador do Estado, constava o prazo de duração do concurso de 2 anos e a necessidade de mais 2 anos de estágio probatório para passar a ser servidor estável.

Com a finalidade de tirar dúvidas, procura você para que responda:

- A) Existe possibilidade de prorrogação do prazo de validade de concurso? (0,60)
- B) O prazo relativo ao estágio probatório está correto? (0,65)



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



Yara, moradora do município de Aratiba/RS, utiliza transporte público prestado por concessionária para se deslocar até o trabalho. Já há alguns meses que nota um descaso com os veículos, como bancos e cintos de segurança quebrados.

A situação já foi questionada junto à concessionária que ameaça aumentar o valor da passagem caso precise fazer as melhorias apontadas. Apesar de já ter feito protocolos de reclamação junto ao município, este responde que não tem nada a ser feito, já que a concessionária é responsável pelo transporte e o município deve respeitar o tempo de contrato, sem interferência.

Sem saber quais atitudes tomar, procura você, questionando:

- A) O poder concedente pode exercer fiscalização do serviço prestado pela concessionária? (0,65)
- B) Existe alguma exigência legal acerca da conservação e segurança na prestação do serviço público por parte da concessionária? (0,60)



1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



# **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Amigos, boa sorte no simulado.

Espero que vocês tenham gostado. Abraços,

**Igor Maciel** 







